

EDIFÍCIO INDUSTRIAL NO BRASIL

Patrimônio Cervejeiro

INDUSTRIAL BUILDING IN BRAZIL

Brewery Heritage

Vitória Silveira da Costa¹ e Maria Lucia Bressan Pinheiro²

Resumo

O presente estudo analisa o patrimônio industrial brasileiro com foco nas cervejarias Companhia Antarctica Paulista e Cervejaria Bopp, destacando sua relevância na formação da paisagem urbana e na memória da industrialização nacional. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica de fontes acadêmicas e documentais. A pesquisa evidencia a consolidação tardia da preservação do patrimônio industrial no Brasil, concentrada principalmente nas regiões Sudeste e Sul. As cervejarias analisadas representam expressivos marcos arquitetônicos e históricos, revelando trajetórias distintas influenciadas por fatores como imigração, localização e estilo construtivo. Conclui-se que, embora haja avanços no reconhecimento desses bens, a preservação ainda enfrenta desafios como a especulação imobiliária e a ausência de políticas públicas efetivas. Ressalta-se a importância da integração desses espaços ao tecido urbano contemporâneo, como forma de valorizar a memória coletiva e garantir sua proteção para as gerações futuras.

Palavras-chave: patrimônio industrial, industrialização, cervejarias, arquitetura fabril.

Abstract

This study analyzes Brazilian industrial heritage with a focus on the Companhia Antarctica Paulista and Cervejaria Bopp breweries, emphasizing their significance in shaping urban landscapes and preserving the memory of national industrialization. The methodology employed was based on a bibliographic review of academic and documentary sources. The research highlights the late consolidation of industrial heritage preservation in Brazil, mainly concentrated in the Southeast and South regions. The breweries studied represent notable architectural and historical landmarks, with distinct trajectories influenced by immigration, location, and construction styles. The study concludes that, despite advances in the recognition of such assets, preservation efforts still face challenges such as real estate speculation and the lack of effective public policies. It reinforces the importance of reintegrating these spaces into the contemporary urban fabric as a means to valorize collective memory and ensure their protection for future generations.

Keywords: industrial heritage, industrialization, brewery.

Introdução

Nos países latino-americanos a necessidade de preservação do patrimônio industrial teve início apenas durante as últimas décadas, em vista das inúmeras destruições de fábricas, armazéns e outros símbolos do período industrial. Destacam-se ainda as demolições de símbolos industriais dos séculos precedentes, como engenhos de açúcar e equipamentos relacionados à atividade mineradora (Meneguello, 2011). Em vários países foram e estão sendo realizados inventários da herança do processo de industrialização. No Brasil, é notória a evolução no número de estudos no campo ao longo dos anos. Ao final do século XIX, mas principalmente ao longo do século XX, no Brasil tem-se um maior desenvolvimento da atividade industrial em função principalmente dos processos de independência territorial e de complexificação econômica e social. Em decorrência dos processos migratórios do início do século XX, das políticas de construção de uma economia independente e a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura e urbana tem-se o surgimento de uma sociedade industrial (Silva, 2018).

No âmbito nacional é possível constatar que poucos remanescentes relacionados ao conceito de patrimônio industrial foram efetivamente tombados entre as décadas de 1930 a 1960. Destaca-se o primeiro registro no livro do tombamento histórico de remanescentes de uma fábrica em Ouro Preto (Minas Gerais) – Fábrica de Ferro Patriótica – o qual deve ser interpretado a partir dos critérios e valores característicos dessa fase do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o qual tinha por predileção monumentos relacionados a feitos históricos referentes ao processo de colonização. A partir de meados de 1960, a temática passou a ganhar mais atenção em vista de estudos pioneiros voltados à compreensão do valor dos artefatos industriais. A pesquisa realizada por Warren Dean publicada em 1976 intitulada “Fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial” pode ser considerado a primeira pesquisa acadêmica sobre uma indústria brasileira através do viés da arqueologia industrial. Salientam-se os estudos sobre a história da técnica brasileira e sua interface com a manufatura agrícola do período colonial, que ampliaram a compreensão do patrimônio industrial. Em 1967 o autor Júlio Katinsky publica o Guia para a história da técnica no Brasil Colônia o qual demonstrava a preocupação de um grupo de estudos da Universidade de São Paulo (USP) acerca dos remanescentes de diversas atividades manufatureiras (fazendas de café, engenhos de açúcar e espaços fabris urbanos) (Rodrigues, 2012).

É importante destacar a investigação de Silva (2019) acerca do estado da arte do patrimônio industrial no Brasil, o qual observou uma crescente evolução no campo a partir de meados dos anos 1970/80, quando surgiram as primeiras pesquisas e atividades acadêmicas. O autor destaca o ano de 1986 como marco inicial no âmbito do patrimônio industrial no Brasil, devido ao 1º Seminário Nacional de História e Energia em São Paulo, entretanto, nos anos subsequentes o campo se desenvolveu de maneira lenta. No entanto, as questões relativas ao patrimônio industrial brasileiro e a preocupação com as estruturas e vestígios da industrialização ganharam maior destaque a partir de 1998 em que os primeiros pesquisadores brasileiros passam a se debruçar sobre as questões relativas ao patrimônio industrial (Oliveira e Corrêa, 2017).

No Estado de São Paulo ocorreu em 1964 a primeira iniciativa nacional de efetiva preservação de um conjunto industrial com o tombamento pelo IPHAN do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Iperó. Desta forma, evidenciam-se os esforços para definição do conceito de patrimônio industrial e a criação de parâmetros cronológicos, registros e estudos para determinar razões para preservar (Kühl, 2006). No Brasil os exemplares industriais tombados em nível federal são ainda muito poucos, ressalta-se que em nível estadual ou municipal as práticas dos Conselhos de Preservação do Patrimônio ou dos órgãos

¹ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP). Mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). Arquiteta e Urbanista (FAUrb/UFPel). E-mail: vitoriascosta@yahoo.com.br

² Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1980). Mestrado (1989) e doutorado (1997) em história da arquitetura brasileira pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora doutora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

de tombamento caminham lentamente no reconhecimento destes bens. A partir da lista dos bens tombados pelo IPHAN é possível perceber que existem apenas 44 exemplares deste importante patrimônio, os Estados que possuem o maior número de bens do patrimônio industrial são: São Paulo (8 exemplares), Rio de Janeiro (7 exemplares) e Bahia (6 exemplares).

Desta forma, objetivo desta pesquisa é analisar o desenvolvimento da industrialização no país, a influência da imigração, as características arquitetônicas dos edifícios industriais e o reconhecimento dessas estruturas como patrimônio cultural. Além disso, são apresentados exemplos de fábricas e cervejarias que desempenharam um papel significativo na história industrial brasileira, como a Companhia Antarctica Paulista e a Cervejaria Bopp.

Patrimônio Industrial no Brasil

Atualmente, estão inscritos no livro do tombo os seguintes exemplares de patrimônio industrial (segundo o estado da federação e a data da inscrição no livro do Tombo): no Amazonas, o Reservatório de Mocó (1985), o Mercado Municipal (1987), o conjunto arquitetônico do Porto de Manaus (1987); na Bahia, o sobrado e a capela do Engenho Lagoa (1942), o sobrado e fábrica de açúcar do Engenho Matoim (1943), o sobrado do Engenho Embiara (1943), sobrado, capela e senzala do Engenho Vitória (1943), o sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade do Engenho Freguesia (1944), casa e capela do Engenho São Miguel e Almas (1944); em Goiás, Ponte Pênsil Affonso Penna no Município de Itumbiara (2014); no Maranhão, as ruínas do Sítio do Físico (1981), o prédio da Fábrica Santa Amélia (1987) e a casa do Engenho Central São Pedro (1998); no Mato Grosso do Sul, Complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – EFNOB, em Campo Grande (2014) e a Ponte Ferroviária Eurico Gaspar Dutra sobre o Rio Paraguai (2014); em Minas Gerais, as já mencionadas ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica (1938), o complexo ferroviário de São João del Rei (1989) e o conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Cataguases (2003) (no interior do perímetro da poligonal de tombamento encontra-se os seguintes bens tombados do patrimônio industrial: Prédio da Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases e o Prédio da Estação Ferroviária de Cataguases); no Pará, o conjunto arquitetônico do mercado Ver-o-Peso (1977); na Paraíba, a Fábrica de Vinho Tito Silva (1984); em Pernambuco, a casa grande e capela do Engenho Poço Comprido (1962); no Piauí, Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, no Município de Campinas do Piauí (2015); no Paraná, o Engenho do Mate (1985); no Rio Grande do Norte as ruínas da capela do Engenho do Cunhau (1964); em Rondônia, a recente inscrição do pátio ferroviário da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (2008). As regiões sul e sudeste acumulam um patrimônio industrial federal da industrialização mais recente. Santa Catarina tem tombada a ponte Hercílio Luz em Florianópolis (1998) e a Estação Ferroviária, em Joinville (2015). O Rio Grande do Sul o Cais do Porto em Porto Alegre (1983) e a Caixa d’água em Pelotas (1984). Rio de Janeiro tem inscritos no livro do tombo o Jardim Botânico (1938), o trecho ferroviário Mauá-Fragoso (1954), o Palácio de Cristal (1967), o conjunto de habitação coletiva da avenida Modelo (1985), o hangar de zepelins da Base Aérea de Santa Cruz (1998); a Estação Dom Pedro II (Central do Brasil, 2008) e o Museu do Trem: Acervo móvel e imóvel do Antigo Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro (2014); São Paulo, além dos mencionados vestígios da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema em Iperó (1964), tem tombadas as ruínas do Engenho dos Erasmos em Santos (1963), o Casarão do Chá em Mogi das Cruzes (1985), a Estação da Luz (1996), a Estação Ferroviária de Mayrink (2004), o Conjunto de edificações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (2004), a Vila Ferroviária de Paranapiacaba, (2008) e o Sesc Pompeia (2015). A Tabela 1 apresenta o número de bens tombados pelo IPHAN apresentando

uma relação entre o número de bens/conjuntos arquitetônicos tombados (total) e o número de bens relativos ao patrimônio industrial, desta forma, é possível observar a disparidade entre os bens patrimoniais.

Estado	Número de Bens/Conjuntos Arquitetônicos Tombados (Total)	Número de Bens/Conjuntos Arquitetônicos Tombados (Patrimônio Industrial)
Acre	1	0
Alagoas	11	0
Amapá	2	0
Amazonas	4	3
Bahia	190	6
Ceará	22	0
Distrito Federal	28	0
Espírito Santo	14	0
Goiás	26	1
Maranhão	21	3
Mato Grosso	7	0
Mato Grosso do Sul	6	2
Minas Gerais	206	3
Pará	26	1
Paraíba	23	1
Paraná	18	1
Pernambuco	1	1
Piauí	15	1
Rio de Janeiro	240	7
Rio Grande do Norte	15	1
Rio Grande do Sul	42	2
Rondônia	4	1
Roraima	1	0
Santa Catarina	86	2
São Paulo	101	8
Sergipe	26	0
Tocantins	2	0
TOTAL	1139	44

Somente no início do século XXI tem-se um momento determinante para a disseminação e aprofundamento do conhecimento na área do patrimônio industrial com a desenvolvimento de grupos de estudiosos voltados à temática: entre 2002 e 2004 após reuniões de pesquisadores tem-se a formação do Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial denominado TICCIH-Brasil. A formação do comitê incentiva a discussão e o reconhecimento acerca dos remanescentes do processo de industrialização (Silva, 2019).

No campo da ampliação dos estudos acerca do patrimônio industrial e da arqueologia industrial, Silva (2019) realizou um levantamento em relação ao número de teses e dissertação em âmbito nacional e número trabalhos inscritos ou apresentados em encontros acadêmicos nacionais e internacionais entre 2004 e 2018. Quanto ao número de teses e dissertação foi possível observar um crescimento do número de trabalhos relacionados à temática após a institucionalização do TICCIH-Brasil em 2004. No que se refere as áreas envolvidas tem-se destaque para a arquitetura e história – destacando-se o campo da arquitetura como um percentual significativo do total

Tabela 1 – Número de Bens Tombados. Fonte: autoras, 2024.

analisado. Além disso, verificou-se uma disparidade referente às regiões do país em que as pesquisas foram realizadas, sendo o maior número de trabalhos desenvolvidos na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo. Foi identificada a inexistência de pesquisas na região Norte do país. Desta forma, fica evidente que a disparidade no número de pesquisas tem relação com a quantidade de bens do patrimônio industrial de cada região. Salienta-se ainda a maior contribuição para disseminação e valorização no campo pelas Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em vista do grande número de trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área.

Contudo, cabe ressaltar que a ampliação do debate acerca do patrimônio industrial tanto no contexto nacional como internacional não tem demonstrado a consolidação de uma efetiva prática de reconhecimento do patrimônio industrial ou a garantia de seu devido estudo, seleção e preservação. Na maior parte dos casos, a preservação de edifícios ou sítios industriais é ainda tarefa muito difícil, uma vez que o reconhecimento destes exemplares como bens de valor patrimonial esbarra em grandes entraves em vista das características peculiares dos edifícios industriais que de modo geral são pouco apreciados pela sociedade pelo seu caráter arquitetônico; além disso, são ditados por questões utilitárias como: o uso e a especulação em busca de maiores lucros (Rufinoni, 2012). Com frequência, os sítios industriais estão localizados em zonas centrais das cidades em terrenos de grandes dimensões, que atraem a especulação imobiliária. Desta maneira, em tempos recentes as razões pragmáticas para a preservação - muitas vezes disfarçadas de ações culturais - negam a origem, os objetivos e a própria essência da preservação como ato de cultura que tutela a memória e o conhecimento, imperando razões para tutela que tragam benefícios materiais (Kühl, 2018).

O aumento significativo de trabalhos acadêmicos, publicações e seminários sobre o patrimônio industrial refletem a evolução da compreensão do valor desses remanescentes, além disso é evidente o aumento de solicitações de abertura de processos de tombamento e a homologação oficial deles nas esferas nacional, estadual e municipal. Porém a efetiva preservação ainda passa por percalços uma vez que o ritmo da obsolescência das edificações fabris é iminente com avanço do estado de degradação e o aumento do valor imobiliário dessas áreas industriais (Rodrigues, 2012).

Edifício Industrial no Brasil

A primeira indústria nacional foi a da produção do açúcar constituindo-se as primeiras fábricas os grandes complexos dos engenhos de açúcar (Costa, 2001) - estão inscritos no livro do tombo os seguintes exemplares de patrimônio industrial datados deste período: na Bahia, o sobrado e a capela do Engenho Lagoa; o sobrado e fábrica de açúcar do Engenho Matoim; o sobrado do Engenho Embiara; sobrado, capela e senzala do Engenho Vitória; o sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade do Engenho Freguesia; casa e capela do Engenho São Miguel e Almas; no Maranhão, a casa do Engenho Central São Pedro; em Pernambuco, a casa grande e capela do Engenho Poço Comprido; no Rio Grande do Norte as ruínas da capela do Engenho do Cunhau; em São Paulo, o Engenho dos Erasmos. A partir dos exemplares descritos é possível perceber que o Nordeste foi a região de maior relevância econômica no período colonial. O Brasil desfrutou de uma indústria extrativa beneficiada pela produção da cana-de-açúcar, dominante em Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e parte da Bahia (Vichnewski, 2004). Outro importante setor da industrialização brasileira no período colonial foi a siderurgia, destaca-se o importante tombamento em São Paulo da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema (fundada em torno de 1760) e em Minas Gerais da Fábrica de Ferro Patriótica. O notável avanço

da indústria durante o período colonial brasileiro resultou em uma diminuição das importações de produtos portugueses. Como consequência, em 1785, foi assinado um alvará ordenando o fechamento de todas as fábricas no Brasil (Costa, 2001).

A vinda da Família Real impulsionou um grande progresso na indústria brasileira a partir do Império. Destacam-se a criação do Banco do Brasil, o incentivo à siderurgia e a reorganização do arsenal da Marinha. Com o apoio do governo, pequenas forjas começaram a surgir no país, especialmente em Minas Gerais, onde havia a existência de 16 pequenos fornos, com previsão de expansão para a Fábrica Patriótica. Nesse mesmo período, em 1809, foi fundada a Fábrica de Pilar ou Real Fábrica do Morro, e no final do mesmo ano, a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Após a Independência do Brasil em 1822, dois fenômenos econômicos surgiram e impactaram negativamente a industrialização do país. Em primeiro lugar, houve o aumento da produção de café, que substituiu o açúcar e o algodão. O sistema de produção do café dependia fortemente de mão-de-obra escrava. Em segundo lugar, a grande crise industrial e comercial da Inglaterra, que ocorreu de 1836 a 1839, e teve efeitos no Brasil com a diminuição na criação de manufaturas no país (Costa, 2001). Apenas após a década de 1940 ocorreu a retomada das exportações brasileiras e o aparecimento de fábricas modernas que utilizavam equipamentos importados e trabalhadores assalariados (Hardman e Leonardi, 1991).

Em 1850 o Brasil possuía 72 fábricas para manufaturas de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros e tecidos de algodão, das quais 50 estavam localizadas na Província do Rio de Janeiro, 10 na Bahia, 4 em Pernambuco, 2 no Maranhão e as demais espalhadas por São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Eram fábricas pequenas, usando poucas máquinas, que ainda eram muito caras, mas que apresentavam produtos de notável acabamento, embora fossem de âmbito apenas local, não se realizando quase intercâmbio de manufaturados entre as Províncias (Lima, 1976). Durante esse período, a economia cafeeira consolidou-se como a atividade principal no Brasil, com destaque para a concentração da produção no Estado de São Paulo. As principais transformações advindas com o predomínio desta atividade econômica incluíram a transferência dos portos de exportação de Guanabara para Santos, a construção de diversas infraestruturas (portos, armazéns, transportes urbanos, comunicações, etc) além da criação de várias estradas de ferro (São Paulo – Santos, em 1860, e São Paulo – Rio de Janeiro, em 1872). Além disso, tem-se uma expansão do sistema bancário, o crescimento dos centros urbanos e a intensificação do comércio urbano, de importação e exportação (Costa, 2001).

Quando os primeiros estabelecimentos fabris surgiram no Brasil, a Revolução Industrial na Inglaterra já havia se desenvolvido há mais de meio século. O surgimento de algumas fábricas no interior da sociedade escravista brasileira na primeira metade do século XIX não indicava que a industrialização estava prestes a se espalhar pelo país. Dessa forma, mesmo quando o fenômeno começou a se intensificar quantitativamente após 1888, a indústria brasileira permaneceu extremamente incipiente (Hardman e Leonardi, 1991). No final do século XIX, enquanto a Segunda Revolução Industrial já ocorria com a presença da tecnologia, ou seja, a incorporação dos conhecimentos científicos às técnicas industriais, o Brasil ainda apresentava um atraso de um século em relação aos países desenvolvidos (Padin, 2009). Nas cidades latino-americanas uma das primeiras indústrias que se instalaram sob este viés de abastecimento do mercado interno foram as cervejarias, destacam-se as cervejarias de Quilmes e de Lomas de Zamora em Buenos Aires e a cervejaria Antártica em São Paulo (Sousa, 2021).



No entanto, a entrada do Brasil na era industrial e o desenvolvimento de proporções significativas só ocorreram nos anos 1950 do século XX (Padin, 2009). No começo do século XIX, as primeiras fábricas que surgiram no Brasil eram de pequeno porte e tiveram, em geral, uma vida efêmera. Somente a partir de 1870 é que começaram a aumentar em número e importância, num processo que se intensificou entre 1885 e 1895. Muitos autores se referem a esse período como primeiro surto industrial brasileiro (Hardman e Leonardi, 1991).

No primeiro surto industrial brasileiro, é importante destacar que os estilos predominantes na arquitetura eram o neoclássico e o eclético. Essa tendência perdurou até a Primeira Guerra Mundial, quando houve restrições às importações e escassez de materiais de construção que eram essenciais para o êxito do ecletismo (Costa, 2001). Tendo em vista o pequeno número de engenheiros no país numa época em que praticamente não havia universidades no Brasil as construções eram executadas por mestres-de-obras práticos e por imigrantes que passaram a atuar como “aspirantes-engenheiros e aspirantes-arquitetos”. A qualificação profissional desses técnicos nem sempre correspondia a um título universitário, a arquitetura era um produto direto dos canteiros de obras, resultado de um racionalismo empírico desenvolvido mediante acumulação de experiências (Soares, 2001; Costa, 2001).

De acordo com Hardman e Leonardi (1991), é importante destacar sob o ponto de vista da implantação das fábricas dois elementos cruciais que podem ser destacados para a localização das fábricas: as ferrovias, que são utilizadas para transportar matérias-primas, maquinários e trabalhadores imigrantes, bem como os bens industriais produzidos; e os rios, que além da função de transporte, também servem como fontes de energia hidráulica e hidrelétrica, além de serem utilizados como depósitos de detritos industriais, especialmente em setores como curtumes, fábricas de papel e tecelagens. Além disso, no que se refere aos padrões característicos da arquitetura industrial do século XIX e início do século XX, é possível classificar os edifícios em: colonial brasileira e britânica manchesteriana (uma variação dentro deste modelo é o estilo alemão).



colonial brasileira (em geral, para fábricas criadas no Império): neste modelo a fachada era similar à de uma casa-grande de fazenda de açúcar ou café; não raro trabalhavam escravos e a fábrica têxtil possuía culturas de algodão em seu próprio terreno; a manufatura têxtil surgia, assim, ainda como uma espécie de prolongamento da atividade agrícola e o capital industrial era originário de fazendeiros [...]

britânica manchesteriana (via de regra, para fábricas surgidas já no início deste século): neste padrão aparecia a fachada típica de tijolinhos vermelhos, estrutura sóbria e pesada, simetria de planos; o sistema moderno de fábricas estava implantado, revelando já, inclusive, sua subordinação ao capital internacional [...] Uma variação dentro deste segundo modelo era o **estilo alemão** (construções altas e compactas, dois andares e janelas pequenas, paredes brancas ou amarelas) [...] (Hardman e Leonardi, 1991, p. 133).

Com base na classificação proposta, torna-se viável analisar algumas fábricas brasileiras que confirmam a padronização descrita pelos autores. De acordo com os modelos de caracterização colonial: em São Paulo: Fábrica São Luiz em Itu; Fábrica São Bento em Jundiaí (apenas no período 1874-1908, antes das reformas e ampliação que corresponderam exatamente ao controle da empresa por banqueiros franceses) e a Fábrica Votorantim (Hardman e Leonardi, 1991); no Rio Grande do Sul: Fábrica Fiação & Tecidos Pelotense (Figura 1); em Alagoas: Fábrica de Tecidos Penedense; no Rio de Janeiro: Fiação e Tecidos Aliança; no Maranhão: Fábrica de Tecidos Antônio Prado e a Fiação e Tecidos do Rio Anil (Costa, 2001).

De acordo com os modelos de caracterização britânica manchesteriana: em São Paulo: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (Figura 2) (Hardman e Leonardi, 1991), Fábrica de Tambores dos Irmãos Mauser (atualmente SESC Pompéia); Fábrica Votorantin do Banco União, Engenho Central de Piracicaba e Matadouro Municipal (atualmente Cinemateca Brasileira); no Rio de Janeiro: Cia. Progresso Industrial -



Fábrica Bangu (atualmente Bangu Shopping), Fábrica de Tecidos Botafogo (Costa, 2001) e Moinho Fluminense (Oliveira, 2021).

É importante destacar que embora o padrão britânico manchesteriano tenha se tornado predominante nos grandes centros industriais de São Paulo e Rio de Janeiro no final do século XIX, o mesmo não ocorreu no Rio Grande do Sul. Neste Estado, principalmente na Zona Sul, manteve-se a vinculação com o estilo de indústria colonial-brasileira levando em consideração que essas indústrias foram impulsionadas pelo desenvolvimento econômico gerado pelas charqueadas e, em razão da forte presença portuguesa, adotaram o estilo colonial com um vocabulário de transição entre o caráter residencial colonial e o industrial. A industrialização no Rio Grande do Sul teve um grande impulso com a imigração de alemães e italianos ao longo do século XIX. Por isso, os referenciais projetuais adotados foram os dos países de origem desses imigrantes, e não os da Inglaterra, cujo capital financiou grande parte do desenvolvimento industrial no centro do país (Costa, 2001).

A chegada de imigrantes europeus, especialmente alemães, teve uma grande influência na arquitetura industrial do Rio Grande do Sul, introduzindo uma variante do estilo manchesteriano de acordo com a definição de Hardman e Leonardi (1991) denominado de “estilo alemão”. As indústrias de padrão alemão são dominantes na paisagem gaúcha, essa arquitetura (Oliveira, 2021). De acordo com Costa (2001) a arquitetura industrial brasileira possui diversas soluções tipológicas: há fábricas de tipos horizontais ou verticais; fábricas cujo princípio de organização é linear ou em grelha, ocupando um lote, vários lotes ou a periferia de um quarteirão; fábricas com pé-direito baixo ou alto; fábricas com estrutura em concreto ou em ferro ou em tijolos; fábricas que usam somente a iluminação lateral ou outras que a associam com a iluminação zenital, através de lanternins e *sheds*. É importante destacar que essas soluções tipológicas devem estar relacionadas às necessidades da produção.

Em contrapartida ao racionalismo, merecem ser citados como exceções alguns edifícios industriais cuja exuberância do tratamento das fachadas encobre o próprio caráter industrial do edifício. No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre destaca-se a Cervejaria Bopp de Theo Wiederspahn; em Minas Gerais, a Serraria Garcia de Paiva & Pinto; no Rio de Janeiro, a Fundição Progresso; em São Paulo, o Palácio das Indústrias (Figura 3) - símbolo do poder industrial construído como um pavilhão de exposição (Costa, 2001).

Independente da ornamentação, as fachadas encobrem arranjos tipicamente industriais: plantas livres, estruturas moduladas e pé-direito alto. Destaca-se ainda as necessidades de se adequar o programa de necessidades de cada indústria ao terreno em que seria inserido. Os arranjos industriais em sua grande maioria são formados pelo agrupamento de volumes através de composições aditivas. A organização dos diversos volumes – em linha, ou na periferia das quadras ou de maneira desordenada - estava condicionada pela sistemática de trabalho da fábrica, pela configuração do terreno em que era construída e ainda pela capacidade de planejamento dos proprietários (Costa, 2001).

Edifício Industrial Cervejeiro

Sob o ponto de vista do patrimônio industrial e do edifício industrial cervejeiro, a pesquisa irá abordar a Companhia Antártica Paulista e a Cervejaria Bopp em vista da relevância destas fábricas em âmbito nacional. A imigração alemã para a Argentina e o Brasil levou alguns imigrantes a estabelecer pequenas fábricas de cerveja em centros urbanos, como São Paulo, durante o último quarto do século XIX. Desta forma, dando início ao processo industrial de produção de cerveja nesses centros urbanos (Salgado e Sousa, 2019).

Louis Bücher, originário de uma família de cervejeiros de Weisbaden, Alemanha, desembarcou em São Paulo em 1868 e fundou uma modesta cervejaria. Em sua produção, inovou ao utilizar ingredientes como arroz, milho e outros cereais, em substituição à tradicional cevada. Em 1882 Louis associa-se com Joaquim Salles que era proprietário de um abatedouro de suínos, o abatedouro era denominado de Antartica e ficava localizado no atual bairro da Água Branca. A empresa de Salles dispunha de uma máquina de fabricação de gelo em seu abatedouro, porém, essa máquina não estava sendo plenamente utilizada. Com o intuito de encontrar uma nova aplicação para essa tecnologia, Salles estabeleceu uma parceria com Bücher, que era cervejeiro e precisava de gelo para suas operações (Santos, 2004).

Desta forma, em 1888 nas instalações na Água Branca criou-se a Antartica Paulista – Fábrica de Gelo e Cervejaria, a primeira fábrica de cerveja do país com tecnologia apropriada para a de baixa fermentação (Santos, 2004). O complexo industrial na Água Branca possuía uma boa localização, junto a duas estradas de ferro: a São Paulo Railway e Estrada de Ferro Sorocabana (Figura 4). Desta forma, destaca-se a definição de Hardman e Leonardi (1991) o qual evidencia a implantação das fábricas próximo as ferrovias, contribuindo para o transporte de matérias-primas, maquinários, trabalhadores imigrantes e os produtos industriais.

De acordo com Sousa (2017) o edifício fabril da Antartica Paulista fazia parte de um amplo complexo industrial que abrangia câmaras frigoríficas, áreas destinadas à fabricação de latas, produção de salsichas e presunto, além de contar com maquinário para a fabricação de gelo. Mais afastados, situavam-se os escritórios e residências dos funcionários, formando um conjunto fabril de grande imponência. É importante destacar que o acervo iconográfico em bases digitais da antiga Antartica Paulista localizada no

bairro da Água Branca é limitado. Através da Figura 5, é possível observar os padrões característicos da arquitetura industrial do século XIX e início do século XX na fachada da Antarctica Paulista de modelo britânica.

No contexto do crescimento econômico, em 1904, a Antarctica adquiriu o controle majoritário da Cervejaria Bavaria e iniciou suas operações na produção de bebidas no bairro da Mooca, também conhecido como Avenida Bavaria. Em 1954, a prefeitura mudou o nome da rua para Avenida Presidente Wilson, denominação que permanece em uso até os dias de hoje. (Sousa, 2017). Nessa época, a Antarctica Paulista firmou um pacto com a principal cervejaria do Rio de Janeiro, a Companhia Cervejeira Brahma, que estabelecia diretrizes para preços e volumes de venda em todo o território nacional. Esse foi o primeiro acordo cartelizado no setor cervejeiro do Brasil (Santos, 2004).

Em 1920, a Antarctica transferiu suas operações da Água Branca para a Mooca, ocupando as instalações anteriormente utilizadas pela Cervejaria Bavária. Essa mudança pode ter sido motivada, em parte, pela proximidade das fábricas de sabão das Indústrias Matarazzo em Água Branca, que causavam odores desagradáveis em toda a região (Santos, 2004). Importante destacar que a Cervejaria Bavaria foi estabelecida em 1892 no bairro da Mooca. O complexo industrial no bairro da Mooca também possuía uma boa localização, junto a estrada de ferro São Paulo Railway, contribuindo para escoamento da produção e recebimentos dos produtos e equipamentos importados.

Dentro da ampla área do terreno da cervejaria ao longo dos anos, suas instalações passaram por diversas modificações, mas predominavam principalmente três elementos: um depósito de cevada construído em tijolos aparentes, composto por três módulos verticais, um edifício destinado a adegas e uma imponente chaminé de aproximadamente 50 metros de altura (Sousa, 2017). Alfredo Moreira Pinto, em texto datado de 1900 descreve detalhes da edificação da Cervejaria Bavária no bairro da Mooca, além disso no texto o autor destaca os processos de fabricação e a maquinário empregado.

[...] O predio não tem estilo; é, porém, alto, vasto, vistoso.e todo construido de tijolos. Em frente fica-lhe o escriptorio, em bonito chalet e nos fundos passa-lhe a Estrada de Ferro Ingleza, com a qual tem comunicação. A fabrica occupa uma extensão de 250 metros de frente por 100 de fundos e o escriptorio e mais dependencias uma extensão de 80 metros por 120. A parte mais alta do edificio tem 30 metros e a chaminé 36. Foi inaugurada em outubro de 1892. O capital nella empregado é de quatro mil contos, sendo metade allemão e metade brasileiro. Todos os machanismos são construidos na Allemanha e na Suissa e são os mais modernos neste ramo de fabricação. (Pinto, 1900, p. 216). [...] A fabrica possui um desvio da linha ingleza que possibilita transportar de Santos para o quintal da fabrica todos os productos importados, principalmente cevada, garrafas, carvão e os machanismos, cujos volumes são muitas vezes de um peso excessiyo [...] (Pinto, 1900, p. 219).

Em 1999, ocorreu uma fusão entre a Antarctica e a Brahma, resultando na formação da American Beverage Company (AmBev) – Companhia de Bebidas das Américas (Santos, 2004). As operações no complexo da Antarctica foram realocadas para o edifício localizado em frente às instalações antigas, após a fusão com a Brahma. (Salgado e Sousa, 2019).

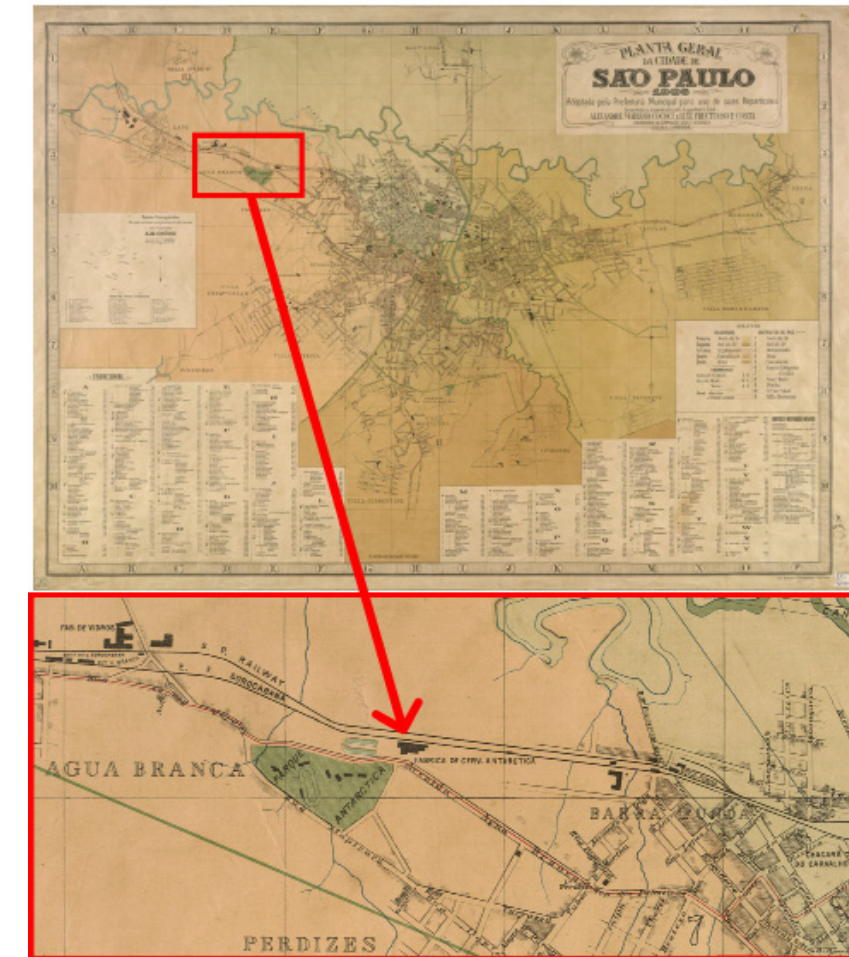


Figura 4 – Planta Geral da Cidade de São Paulo de 1905 – Fábrica Cervejaria Antarctica. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acservo_digital/div_cartografia/cart523225/cart523225.html. Acesso em: 15 maio 2025.

No ano de 2007, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) solicitou o tombamento do complexo, tendo em vista a relevância em termos de urbanismo do vasto complexo industrial existente da Companhia Antarctica Paulista, que sucede a antiga Cervejaria Bavária. Dentre as definições, o CONPRESP considera que a Companhia Antarctica Paulista representa um testemunho marcante dos primeiros estágios do desenvolvimento e ocupação da área original do bairro da Mooca, abrangendo o final do século XIX e início do século XX. Além disso, considera neste patrimônio industrial além dos importantes valores históricos, sociais, tecnológicos e arquitetônicos, os valiosos testemunhos das técnicas construtivas tradicionais e dos processos produtivos dos primórdios da industrialização paulista. Destaca ainda a importância da Companhia Antarctica Paulista, herdeira da antiga Cervejaria Bavária, para a história da indústria da cerveja no Brasil e dos seus processos pioneiros de produção industrial.

O processo de tombamento se iniciou em 2007 pelo CONPRESP e foi encerrado no ano de 2016 com a resolução nº 19. Na resolução nº 19, o CONPRESP tomba as edificações situadas no perímetro da antiga fábrica Antarctica conforme o mapa apresentado na Figura 6 e 7. No artigo 1º da resolução são definidos quais prédios e elementos serão tombados. Os edifícios 1, 2, 3 e 4 deve-se preservar a arquitetura e elementos externos; o edifício 5 deve-se preservar a arquitetura e elementos externos, assim como coberturas, envasaduras, preservação das estruturas metálicas internas e externas; já no edifício 6, é exigido a preservação da arquitetura e elementos externos, incluindo estrutura interna. A chaminé localizada ao lado do edifício 5 deve ser inteiramente preservada, assim como seus letreiros. Além disso, no artigo 3º da resolução é definido que o pátio interno dos edifícios 2, 3, 4, 5 e 6 não deverá conter nenhum tipo de ajardinamento e vegetações, deixando o espaço totalmente livre para circulação.

No âmbito do Rio Grande do Sul, realizou-se a análise da Cervejaria Bopp. É fundamental enfatizar que a presença portuguesa e seus descendentes na capital gaúcha eram mais afeitos ao vinho e, antes da chegada dos imigrantes germânicos, as cervejas

Figura 5 – Fachada da Antarctica Paulista bairro da Água Branca em São Paulo. Fonte: Souza, 2017.



consumidas na cidade eram aquelas importadas da Inglaterra, Alemanha e Dinamarca provenientes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Uma vez que a cerveja era um produto caro e elitizado, foi com a presença dos teutos radicados nas colônias do Rio Grande do Sul que o hábito de beber cerveja se popularizou no Estado. Inicialmente produzida na colônia para consumo interno, à medida que a cultura da cevada e do lúpulo crescia, surgiam pequenas fábricas de cerveja. Em 1853, já havia seis cervejarias em funcionamento na Colônia de São Leopoldo. A partir desse momento, diversas outras foram fundadas no interior do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, a demanda por cerveja de alta qualidade aumentou significativamente quando os alemães começaram a deixar a colônia para estabelecer-se na capital, além dos que vinham diretamente da Alemanha para Porto Alegre. Como resultado, a indústria cervejeira prosperou rapidamente. É importante destacar que na segunda metade do século XIX em Porto Alegre já existiam muitas cervejarias, o mercado da cerveja era disputado por treze fábricas na cidade. Destacam-se as cervejarias de Frederico Cristoffel fundada em 1873, de Adolpho Kauffmann de 1878, de Guilherme Becker de 1879, de Carlos Bopp de 1881, de Antônio Campani de 1882 e de Heinrich Ritter & Filhos de 1894 (Axt e Fabrício, 2006.)

Carlos Bopp, nascido em abril de 1847 em São Leopoldo, era filho de imigrantes alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul em 1825 (Thiesen, 2005). Carlos Bopp casou-se com Maria Luiza Haertel, filha de Guilherme Leopoldo Haertel - cervejeiro de Pelotas - e tiveram seis filhos: Carlos Bopp Filho (1871), Alberto Estevão Bopp (1873), Augusta Bopp (1876), Arthur Bopp (1878) e Otilia Bopp (1880) e Philippina Bopp (1883) (Axt e Fabrício, 2006). Antes de dedicar-se à indústria cervejeira, Carlos Bopp se estabeleceu em Porto Alegre com uma pequena fábrica de vidros e de latarias de estanho (Chaves, 2019). De acordo com a história relatada por descendentes do fundador Carlos Bopp, a Cervejaria Bopp foi fundada em 1881 da seguinte forma: Carlos era funileiro e possuía uma taberna onde sua esposa trabalhava. Em determinada ocasião ele recebeu uma encomenda de uma caldeira que nunca foi retirada, e para não ter prejuízo a esposa de Carlos, que era filha do cervejeiro de Pelotas Guilherme Leopoldo Haertel, teve a ideia de aproveitar a caldeira não retirada para iniciar a produção de cerveja e minimizar

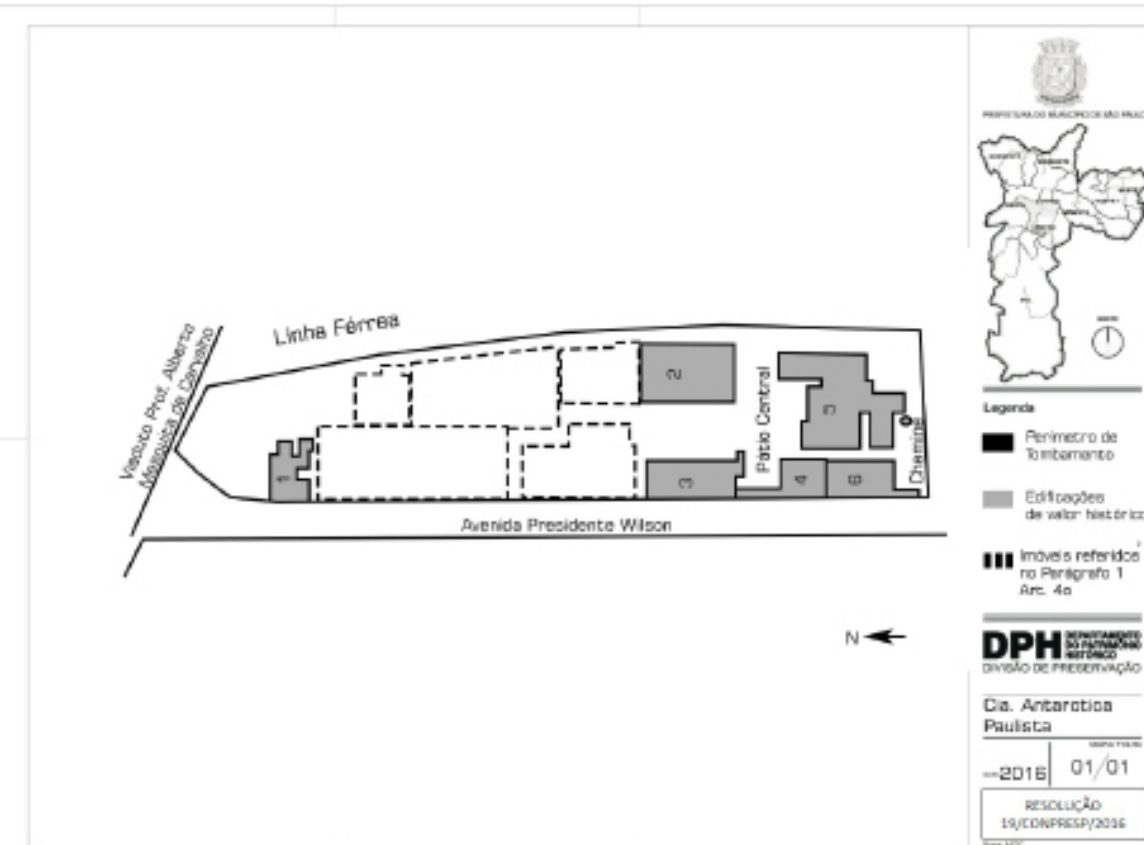
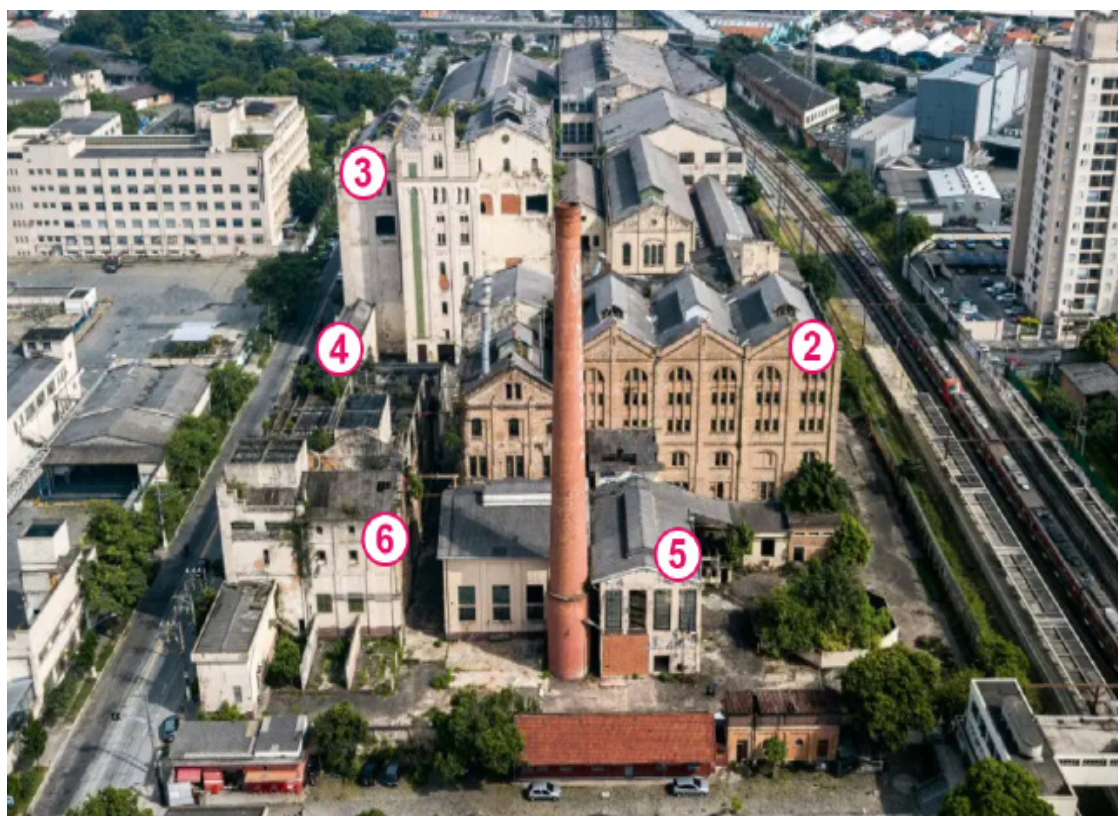


Figura 6—Mapade tombamentoCompanhiaAntarcticaPaulista. Fonte: Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/>

as perdas. Maria Luiza assumiu a responsabilidade de fabricar a cerveja, enquanto Carlos, nos fins de semana, carregava os recipientes em um carrinho de mão e vendia o produto aos moradores vizinhos. Essa ideia mostrou-se tão bem-sucedida que resultou no surgimento da Cervejaria Bopp com a sua fundação em 1881 com sua primeira sede e em 1907 a cervejaria já era uma das mais importantes do Brasil (Axt e Fabrício, 2006).

Para construção da nova sede da cervejaria, selecionaram um terreno em uma região em desenvolvimento que estava se tornando uma zona industrial. Além disso, o local tinha acesso a água de excelente qualidade nas proximidades, um elemento essencial para a produção de cerveja. Essa escolha estratégica permitiu que a Cervejaria Bopp aproveitasse os recursos naturais favoráveis e se estabelecesse em uma área propícia para o crescimento e a produção de sua cerveja (Miranda, 2003). A importância da água na produção de cerveja é amplamente reconhecida, e é bastante significativo que as principais cervejarias da cidade estivessem localizadas na Avenida Cristóvão Colombo e suas adjacências durante a virada do século XX. Um exemplo disso é o terreno ao lado, que atualmente faz parte do amplo espaço da Antiga Cervejaria Bopp & Irmãos, onde a Cervejaria Becker estava estabelecida desde 1879. O prédio dessa cervejaria, que foi demolido, posteriormente se tornou parte do complexo da Cervejaria Bopp, Sassen e Ritter, assim como da Cervejaria Continental. Nas proximidades, também estavam presentes a Companhia Industrial de Cerveja, a cervejaria Christoffel e sucessores, e a fábrica Campani e Cia. A escolha do local foi determinada pela proximidade do rio Guaíba e das fontes de água de alta qualidade, fatores cruciais na decisão. Essas condições favoráveis garantiram o bom funcionamento das máquinas movidas a vapor e contribuíram para a obtenção de um produto de excelente aceitação. O rio Guaíba não apenas fornecia água, mas também servia como uma rota de acesso para os materiais importados utilizados na fabricação e comercialização da cerveja, como cevada, lúpulo e garrafas de grés e vidro. Além disso, o rio era utilizado como meio de transporte para escoar a produção em direção às colônias. A presença da ferrovia às margens do rio, com uma estação localizada nas proximidades, facilitava ainda mais a distribuição da cerveja da Bopp & Irmãos (Thiesen, 2005).



A construção do primeiro edifício que comporia o conjunto da Cervejaria Bopp & Irmãos teve sua inauguração em outubro de 1911, e, foi reconhecido como o maior e mais imponente prédio de concreto armado do país naquela época. A Cervejaria Bopp (Figura 8) tem seu projeto arquitetônico e representações escultóricas presentes na fachada atribuído a Theodor Wiederspahn, renomado arquiteto da imigração alemã que se estabeleceu em Porto Alegre. Wiederspahn, conhecido por suas obras icônicas como o Museu de Arte do RS (MARGS), o Banco da Província (atual Santander Cultural) e o Hotel Magestic (Casa de Cultura Mario Quintana), deixou sua marca também no projeto da cervejaria. A construção, por sua vez, foi realizada pelo Escritório de Engenharia Rudolph Ahrons, filho de imigrantes alemães, que estudou engenharia em Berlim e se tornou um dos construtores mais solicitados de Porto Alegre no início do século 20. Carlos Bopp faleceu em janeiro de 1911 em Porto Alegre poucos meses antes da inauguração do prédio (Thiesen, 2005). Com a morte de Carlos Bopp antes da inauguração do edifício, coube aos três filhos de Bopp a tarefa de apresentar à sociedade porto-alegrense as novas instalações da cervejaria. No dia 27 de outubro de 1911, com a presença de representantes da sociedade e da imprensa local, o novo prédio da cervejaria Bopp & Irmãos foi inaugurado (Axt e Fabrício, 2006). Logo após a inauguração, a cervejaria já alcançava uma produção diária de 30 mil garrafas e possuía uma capacidade de armazenamento equivalente a 800 mil garrafas. O complexo fabril incluía um prédio destinado aos depósitos e adegas, bem como outro destinado à fabricação e administração (Miranda, 2003).

Dentro do extenso terreno da Bopp & Irmãos, encontravam-se os edifícios dedicados à produção e venda direta da cerveja, à administração e ao tratamento da água, além da residência do Mestre Cervejeiro. Com exceção desses profissionais e possivelmente do mestre das máquinas, os demais trabalhadores viviam fora dos limites da fábrica. Conforme a Figura 9 a fábrica era composta por diferentes áreas de atividades claramente definidas e delimitadas. A área 1, também conhecida como prédio 1, era destinada ao armazenamento de matérias-primas, fermentação, análises químicas, engarrafamento, depósito e expedição da cerveja. O prédio 2, abrigava o processo de cozimento e as caldeiras. A área 3 era dedicada à administração e, possivelmente, era

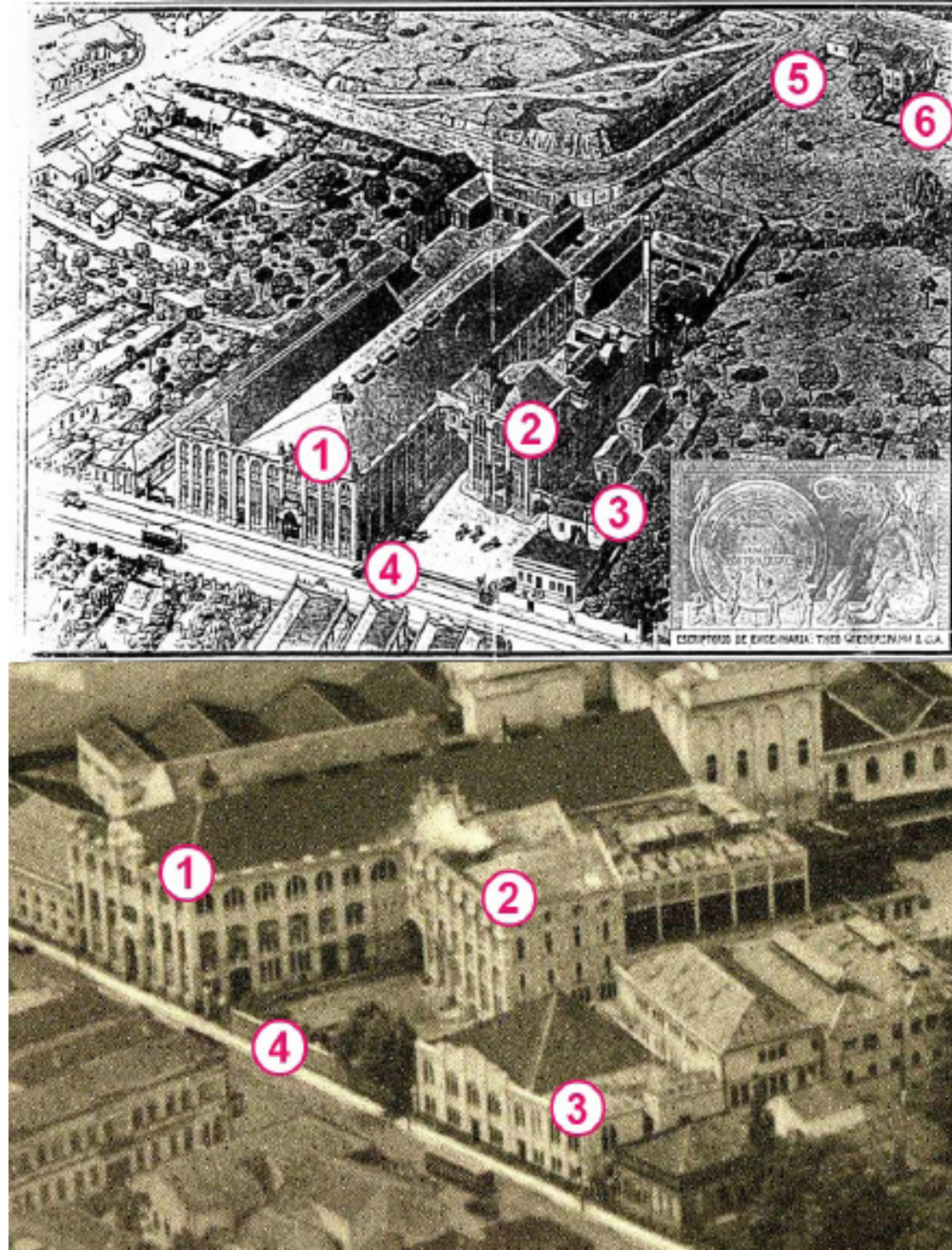


Figura 8 – Cervejaria Bopp & Irmãos. Fonte: Jornal Gaúcha Zero Hora. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2019/05/o-edificio-que-deixou-de-produzir-cerveja-para-se-tornar-o-shopping-total-cjw9puxt00yy01qtc3dfhan.html>. Acesso em: 15 maio 2025.

a própria fábrica antes da construção dos prédios 1 e 2. A área 4 era o pátio de acesso para os trabalhadores, proprietários da fábrica e veículos que chegavam para carregar os produtos para distribuição. A área 5 era a residência do Mestre Cervejeiro, enquanto a área 6 abrigava a estação de tratamento de água (Thiesen, 2005). O prédio 1 e o prédio 2, são conectados por uma passarela aérea, formando um pórtico sobre a rua interna, conforme pode ser observado na Figura 9.

O complexo de edifícios em estilo eclético, apresenta uma extensa decoração nas fachadas, destacando-se por um conjunto de esculturas simbólicas representando o produto comercializado, a família, a fartura, o comércio e outros elementos simbólicos. Essas características conferem imponência aos prédios, além disso, o custo da decoração da fachada do prédio da cervejaria representou cerca de 10% sobre o valor total das obras, o que demonstra a importância dada a ela (Thiesen, 2006).

No período pós-guerra, as empresas Brahma e Antártica Paulista buscaram se estabelecer no mercado cervejeiro do Rio Grande do Sul. Em 1924, como resposta, a indústria local optou pela fusão das três principais cervejarias de Porto Alegre - Bopp, Sassen e Ritter - em uma única empresa com a razão social de Bopp, Sassen, Ritter & Companhia Limitada, e com a denominação de Cervejaria Continental (Axt e Fabrício, 2006). Essa união que resultou na formação da Cervejaria Continental, que marcou o processo de concentração em andamento e efetivamente eliminou as condições de competição das outras cervejarias da capital e das proximidades. A nova empresa expandiu suas instalações e buscou aprimorar-se tecnologicamente, aumentando o número de câmaras frigoríficas tanto para refrigerar as cervejas em barris quanto para a fabricação de gelo. No ano de 1946, após dois anos de intensas negociações, a Cervejaria Continental foi adquirida pela Cervejaria Brahma consolidando seu domínio no mercado cervejeiro nacional (Pesavento, 1985). A fábrica continuou operando em suas instalações originais até 1998, quando foi transferida para a cidade de Viamão, integrante da região metropolitana de Porto Alegre (Coelho, 2021).



Em 1999 a antiga fábrica passou por uma avaliação da Equipe do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural (EPAHC) da Secretaria Municipal de Cultura e foi tombada em âmbito municipal. O documento de Notificação de Tombamento emitido pela Secretaria de Cultura ao então proprietário do imóvel apresentou os fundamentos para a preservação da antiga cervejaria, destacando seu valor histórico, arquitetônico e paisagístico. O edifício é reconhecido como a maior fábrica de seu tipo em Porto Alegre durante o período de sua construção, além de ter sido projetado por um importante arquiteto alemão imigrante. Sendo assim, a fábrica se tornou um marco representativo da contribuição dos imigrantes alemães para o município. O documento de tombamento também lista os elementos e edifícios incorporados que são contemplados pela proteção patrimonial: os edifícios da administração, casa de máquinas, depósito de matéria-prima, adega, caldeiras e a área de fabricação de cerveja, incluindo seus elementos associados, como o tanque de cobre para fermentação, o piso cerâmico, os azulejos de parede, a escada de ferro fundido e os gradis metálicos, bem como os elementos originais externos de todos os edifícios, juntamente com suas esquadrias e telhados. Além disso, a chaminé também foi incluída no tombamento como um bem imóvel. É importante ressaltar que outras edificações do complexo fabril, como depósitos,

oficinas, residências dos altos funcionários, maltaria, refeitório, enfermaria, serviço social e áreas de recreação, não receberam qualquer tipo de proteção (Coelho, 2021).

É relevante ressaltar que a chaminé atual do edifício, construída em 1944, possui uma altura de 75 metros, substituindo uma estrutura erguida em 1912, que possuía apenas metade dessa altura. A inscrição “Continental” presente na chaminé remonta à época de sua construção. Na mesma ocasião, as caldeiras foram substituídas por outras de maior capacidade. Além disso, foi nessa época que se deu a construção de uma extensa rede de galerias, com dimensões amplas que permitiam a passagem de sistemas de dutos maiores e mais complexos, bem como a circulação de pessoas para a realização de manutenções. Esses túneis foram projetados para facilitar a manutenção do sistema, a alimentação das caldeiras e a movimentação necessária de lenha. A utilização dos subterrâneos também visava preservar a limpeza dos pátios da fábrica, direcionando o tráfego de madeira e materiais que poderiam gerar sujeira por esses locais (Axt e Fabrício, 2006).

Após o processo de tombamento, em 2000, a antiga cervejaria foi vendida e, em seguida, o novo proprietário alugou o imóvel ao inquilino atual até 2030. Pouco tempo depois, uma intervenção arquitetônica foi realizada no espaço, sendo descrita em reportagens da época como uma restauração destinada a abrigar seu novo uso como um shopping center. Durante essa intervenção, os edifícios tombados foram preservados conforme exigido por lei, enquanto a maioria dos outros edifícios foi demolido. A única estrutura mantida foi o edifício que anteriormente abrigava funções como refeitório, enfermaria, vestiários, caixotaria e engarrafamento, porém, apenas sua estrutura principal permaneceu, sofrendo significativas modificações internas (Coelho, 2021).

Do ponto de vista das técnicas construtivas e materiais utilizados, a edificação foi construída empregando tecnologias de alta complexidade para a época de construção. Segunda a pesquisa de Thiesen (2005) no interior do prédio 1 encontra-se o ambiente denominado de “Porão de Lúpulo” neste local é possível visualizar algumas importantes inovações técnicas adotadas na cervejaria. As lajes foram construídas utilizando pequenas abóbodas de tijolos presas em vigas de aço tipo “I”, uma técnica que surgiu na segunda metade do século XIX, em consonância com o processo de industrialização. Além disso, as paredes desse ambiente são paredes duplas que contêm materiais isolantes (fragmentos de cortiça imersos em uma substância betuminosa, juntamente com cascas de cevada) em seu interior.

Conclusões

O estudo evidencia que a preservação do patrimônio industrial no Brasil tem avançado gradualmente, mas ainda enfrenta desafios significativos. A análise histórica demonstra que o reconhecimento dos edifícios industriais como bens patrimoniais é um processo recente, impulsionado principalmente a partir das últimas décadas do século XX. Embora o número de bens tombados tenha aumentado, ainda há uma notável disparidade entre os diferentes estados e regiões do país, com maior concentração de edificações preservadas nas regiões Sudeste e Sul.

A trajetória da industrialização no Brasil revela a influência de diferentes períodos e contextos econômicos, desde os engenhos coloniais até as grandes fábricas do século XX. A análise das fábricas de cerveja, como a Companhia Antarctica Paulista e a Cervejaria Bopp, ilustra como as construções industriais refletem aspectos econômicos, sociais e arquitetônicos de sua época. Os edifícios fabris, além de sua importância produtiva, incorporam soluções técnicas inovadoras e representam marcos na paisagem urbana.

Ao analisarmos comparativamente a Companhia Antártica Paulista e a Cervejaria Bopp, observa-se que ambas representam expressivos marcos da industrialização cervejeira no Brasil, embora situadas em contextos regionais e arquitetônicos distintos. As duas fábricas surgem no final do século XIX e início do século XX, como resposta ao crescimento da demanda urbana por cerveja, beneficiadas por fatores como a imigração europeia. Ainda que distantes geograficamente, essas cervejarias revelam trajetórias convergentes ao traduzirem em sua materialidade a consolidação da indústria cervejeira nacional e o surgimento de complexos industriais.

A Companhia Antártica Paulista, instalada em São Paulo, reflete a racionalidade industrial do eixo Sudeste, fortemente influenciado pelo modelo britânico manchesteriano. Já a Cervejaria Bopp, em Porto Alegre, se insere em um contexto fortemente marcado pela presença de imigrantes alemães, o que se reflete tanto na cultura cervejeira local quanto na arquitetura eclética do edifício projetado por Theodor Wiederspahn. Neste caso, o prédio da fábrica transcende o caráter utilitário e adquire dimensão simbólica e estética, sendo ornamentado com esculturas que exaltam o produto, a família e a fartura, num claro esforço de afirmação institucional e cultural.

O reconhecimento patrimonial dessas duas cervejarias demonstra que a memória da industrialização brasileira pode ser compreendida não apenas por sua função econômica, mas também por seu papel na configuração de espaços urbanos e identidades culturais. Ao serem tombadas e preservadas, essas estruturas tornam-se testemunhos materiais da história da produção cervejeira no Brasil, das transformações tecnológicas e sociais do período, e da riqueza do patrimônio industrial que, muitas vezes, permanece à margem das políticas de valorização cultural. Reintegrar esses espaços à cidade, respeitando sua materialidade e simbologia, é reconhecer o valor histórico e afetivo que tais edifícios possuem para as comunidades que os cercam e para a memória coletiva nacional.

Apesar do crescimento do interesse acadêmico e das iniciativas de tombamento, a preservação do patrimônio industrial ainda enfrenta entraves como a especulação imobiliária, a falta de reconhecimento social e a ausência de políticas públicas mais eficazes. Muitos edifícios industriais localizados em áreas urbanas valorizadas são demolidos ou modificados sem considerar sua relevância histórica. Além disso, os processos de tombamento nem sempre garantem a conservação adequada, uma vez que a degradação e o abandono são problemas recorrentes.

Dessa forma, torna-se essencial a ampliação do debate sobre a importância da preservação do patrimônio industrial, não apenas como uma forma de resguardar a memória da industrialização brasileira, mas também como um meio de promover novos usos e revitalizações que integrem esses espaços à dinâmica urbana contemporânea. A valorização dessas construções exige esforços conjuntos entre pesquisadores, instituições de preservação, órgãos públicos e a sociedade, a fim de garantir que esses remanescentes industriais não sejam esquecidos, mas sim reconhecidos como parte fundamental da história e identidade do país.

Referências

AXT, Gunter; FABRÍCIO, Lídia. *Relatório Final – Shopping Total*. Porto Alegre, 2006.

CHAVES, Ricardo. Conheça a história dos fundadores de duas das maiores cervejarias do RS. *Gaúcha Zero Hora*, Porto Alegre, 30 de abr. de 2019. GZH Almanaque. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2019/04/conheca-a-historia-dos-fundadores-de-duas-das-maiores-cervejarias->

[do-rs-cjv45f77g02il01roxtx2z1od.html](https://rs.cjv45f77g02il01roxtx2z1od.html) >. Acesso em: 8 de jun. de 2023.

COELHO, Jossana Peil. *De fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil*. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

COSTA, Ana Elísia da. *A Evolução do Edifício Industrial em Caxias do Sul: De 1880 a 1950*. 2001. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil das origens aos anos vinte*. São Paulo. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. 336 p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN*, São Paulo, n. 4, mar. abr. 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. 2.ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

LIMA, Heitor Ferreira. *História Política-econômica e Industrial do Brasil*. 1 ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1976. p.422. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/obras/historia-politico-economica-e-industrial-do-brasil/pagina/264>.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis, 2011. *Anais [...]* Florianópolis, 2011.

MIRANDA, Adriana Eckert. *A evolução do edifício industrial em Porto Alegre 1870 a 1950*. 2003. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de; CORRÊA, Lucas Mariani. Apresentação de Dossiê: História e Patrimônio Industrial. *Faces da História*, v. 4, n. 1, p. 04-06, jan/jun. 2017.

OLIVEIRA, Kauã Domingues de. *O Moinho Rio-Grandense: A preservação do patrimônio agroindustrial em Porto Alegre*. 2021. 232 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

PADIN, Pablo Aleksitch. *Arquitetura da indústria: estudo da abrangência do trabalho do arquiteto no projeto de edificação industrial*. 2009. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Da Indústria Sul-Rio-Grandense*. 1.ed. Guaíba: RIOCELL, 1985. 123 p.

PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900: Impressões de Viagem*. 1 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p.340.

RODRIGUES, Angela Rosch. Patrimônio industrial e os órgãos de preservação na cidade de São Paulo. *Revista CPC*, [S. l.], n. 14, p. 30-56, 2012. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i14p30-56. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/45355>. Acesso em: 8 nov. 2022.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Intervenções urbanas em sítios históricos industriais: o projeto urbano Ostiense Marconi. *PosFAUUSP*, [S. l.], v. 19, n. 32, p. 62-79, 2012. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v19i32p62-79. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/52455>. Acesso em: nov. 2022.

SALGADO, Ivone; SOUSA, Diógenes. A Companhia Antarctica Paulista em São Paulo: memória e patrimônio edificado. *arq.urb.*, [S. l.], n. 19, p. 51–63, 2019.

SANTOS, Sérgio de Paula. *Os primórdios da cerveja no Brasil*. 2.ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. 56 p.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. O patrimônio industrial no Brasil no século XXI: um estudo bibliométrico do estado da arte. *Labor e Engenho*, Campinas, SP, v. 13, p. e019010, 2019. DOI: 10.20396/labore.v13i0.8655823. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8655823>. Acesso em: out. 2022.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. O Patrimônio Industrial Brasileiro: Reflexões À Memória E História Do Século XX. In: MIGLIORINI, Jeanine Mafra (org.). Sítios históricos e centros urbanos. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. p. 119-134

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Burgueses Imigrantes” y Desarrollo Urbano en el Extremo Sur de Brasil. *Scripta Nova Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v.94, n.78 2001.

SOUSA, Diógenes. *Cidade e Cerveja: Companhia Antarctica Paulista e Urbanização em São Paulo*. 2017. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

SOUSA, Diógenes. *Cidade e Cerveja: um gole de história no processo de urbanização da cidade de São Paulo*. 1.ed. Santo André: EdUFABC, 2021. 106 p.

THIESEN, Beatriz Valladão. *Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana: Arqueologia da Bopp Irmãos (1906–1924)*. 2005. [s.n.]. Tese (Doutorado Internacional em Arqueologia) – Programa De Pós-Graduação Em História, Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2005.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. *As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. 2004. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.